

ESP-GABINETE DO GOV CASA MILITAR

Termo de Referência 172/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
172/2025	990192-ESP-GABINETE DO GOV CASA MILITAR	WAGNER SOARES DOS SANTOS SILVA	05/02/2026 15:02 (v 0.9)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		003.00003475/2025-30

1. Definição do objeto

1.1. Registro de preços para contratações futuras de Kit verão, destinados a subsidiar as Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil, visando à reposição do estoque estratégico da Defesa Civil do Estado, localizado na capital, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

Item	Especificação	Local de Entrega	CADMAT	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
1	Jardineira com bota	São Paulo	445985	unidade	1075	R\$ 369,49	R\$ 397.201,75
2	Jardineira com bota (cota reservada)	São Paulo	445985	unidade	215	R\$ 369,49	R\$ 79.440,35
3	Bota de PVC	São Paulo	618295	par	2420	R\$ 60,33	R\$ 145.998,60
4	Bota de PVC (cota reservada)	São Paulo	618295	par	805	R\$ 60,33	R\$ 48.565,65
5	Capa de chuva emborrachada	São Paulo	474925	unidade	2860	R\$ 218,67	R\$ 625.396,20
6	Capa de chuva emborrachada (cota reservada)	São Paulo	474925	unidade	365	R\$ 218,67	R\$ 79.814,55
7	Capacete multiuso	São Paulo	485461	unidade	2950	R\$ 286,69	R\$ 845.735,50
8	Capacete multiuso (cota reservada)	São Paulo	485461	unidade	275	R\$ 286,69	R\$ 78.839,75
9	Pluviometro manual	São Paulo	626970	unidade	1135	R\$ 502,50	R\$ 570.337,50

10	Pluviômetro manual (cota reservada)	São Paulo	626970	unidade	155	R\$ 502,50	R\$ 77.887,50
----	-------------------------------------	-----------	--------	---------	-----	------------	---------------

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comum conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021

1.4.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

1.4.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

1.4.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

1.4.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.3. Não obstante o prazo estipulado na subdivisão anterior, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

1.4.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, admitida eventual prorrogação, por igual período, conforme previsto em lei. Durante sua vigência, poderão ser realizadas futuras e eventuais aquisições de kit verão, observados os parâmetros, elementos descritivos e especificações constantes do Termo de Referência.

1.4.4.1. Item 1 – previsão de futuras e eventuais aquisições: 1.075 (mil e setenta e cinco) unidades de jardineira com bota (cota ampla);

1.4.4.2. Item 2 – previsão de futuras e eventuais aquisições: 215 (duzentos e quinze) unidades de jardineira com bota (cota reservada);

1.4.4.3. Item 3 – previsão de futuras e eventuais aquisições: 2.420 (dois mil, quatrocentos e vinte) unidades de bota de PVC (cota ampla);

1.4.4.4. Item 4 – previsão de futuras e eventuais aquisições: 805 (oitocentas e cinco) unidades de bota de PVC (cota reservada);

1.4.4.5. Item 5 – previsão de futuras e eventuais aquisições: 2.860 (dois mil, oitocentos e sessenta) unidades de capa de chuva emborrachada (cota ampla);

1.4.4.6. Item 6 – previsão de futuras e eventuais aquisições: 365 (trezentas e sessenta e cinco) unidades de capa de chuva emborrachada (cota reservada);

1.4.4.7. Item 7 – previsão de futuras e eventuais aquisições: 2.950 (dois mil, novecentos e cinquenta) unidades de capacete multiuso (cota ampla);

1.4.4.8. Item 8 – previsão de futuras e eventuais aquisições: 275 (duzentas e setenta e cinco) unidades de capacete multiuso (cota reservada);

1.4.4.9. Item 9 – previsão de futuras e eventuais aquisições: 1.135 (mil cento e trinta e cinco) unidades de pluviômetro manual (cota ampla);

1.4.4.10. Item 10 – previsão de futuras e eventuais aquisições: 155 (cento e cinquenta e cinco) unidades de pluviômetro manual (cota reservada).

1.5. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 22 /01/2026.

1.6. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.6.1. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.6.1.1. Caso seja(m) realizado(s) reajuste(s) dos preços da ata, somente caberá reajuste dos preços de eventual contratação dela decorrente se for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajuste dos preços da ata anterior à celebração da contratação.

1.6.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado (s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.6.3. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.6.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo ao instrumento da contratação.

1.6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

1.7. É obrigação do Contratante responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

SUBCONTRATAÇÃO

1.8. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00000368000150-0-000001/2026

II) Data de publicação no PNCP: 30/06/2025;

III) Id do item no PCA: 70;

IV) Classe/Grupo: 9999;

V) Identificador da Futura Contratação: 990192-17/2026.

3. Descrição da solução

3.1. Especificações Técnicas

3.2. Bota de segurança:

3.2.1. com cabedal em PVC impermeável com forro;

3.2.2. cor preta;

- 3.2.3. modelo unissex;
- 3.2.4. sem fechamento;
- 3.2.5. cano medindo 28 cm (tolerância de +/- 1 cm);
- 3.2.6. solado em PVC reforçado com borracha nitrílica, antiderrapante e injetado direto ao cabedal;
- 3.2.7. palmilha de montagem em PVC, sem palmilha higiênica;
- 3.2.8. com reforço da biqueira no mesmo material (PVC);
- 3.2.9. alma da bota em PVC;
- 3.2.10. atendendo exigência de segurança conforme ABNT NBR 20344, ABNT NBR 20345 ou ABNT NBR 20347 e com certificação de aprovação do Ministério do Trabalho (CA);
- 3.2.11. o par acondicionado em embalagem plástica, hermeticamente fechada.
- 3.2.12. Numeração: A bota deverá atender os tamanhos de 38 a 44 no Sistema Brasileiro (BRA).

3.3. Capa de chuva emborrachada impermeável:

- 3.3.1. Capa impermeável confeccionada em tecido sintético emborrachado, com espessura de 0,20mm, composição 33% poliamida (externa), e 67% policloreto de vinila (interna), com variação máxima de $\pm 3\%$ para cada componente, sendo como gramatura 199gr/m²;
- 3.3.2. O fechamento da capa deverá ser por meio de overlock de cinco fios e as costuras pespontadas em máquina reta simples, com linha de nylon 100% poliamida nº 60;
- 3.3.3. Com capuz fixo, sendo que deverá ter dois ilhoses em ferro niquelado com abertura de sete mm para melhor passagem do cordão;
- 3.3.4. Os punhos serão regulados com elástico, para melhor ajuste da manga ao punho do usuário;
- 3.3.5. A capa deverá possuir sistema de ventilação por meio de furos circulares, recobertos por pala do mesmo tecido;
- 3.3.6. Será confeccionada na cor laranja;
- 3.3.7. O fechamento frontal será por meio de dois zíperes de nylon;
- 3.3.8. Comprimento: abaixo do joelho;
- 3.3.9. Tamanhos: P, M, G e GG;
- 3.3.10. As faixas refletivas deverão ter 50 mm de largura e serem costuradas e impermeabilizadas, conforme segue:
 - a) No tórax em toda a sua extensão (dorsal/frontal) e nas mangas altura do tórax. O material refletivo (microprismático) deverá ser preferencialmente marca 3M ou similar na qualidade, retendo a sua cor típica durante o dia e sua retrorrefletividade durante a noite, durante a vida útil da roupa em que estiver aplicada, deverá ser leve e flexível e possuir elevado brilho retrorrefletivo noturno e com aparência diurna na cor prata metálica;
 - b) O material refletivo deverá ser constituído de microesferas de vidro de grande angularidade, expostas e agregadas em resina aplicada a tecido composto de 65% poliéster e 35% algodão, as faixas devem atender a NBR 15292:2013 (Vestuário de Segurança de Alta Visibilidade);
 - c) Todas as costuras deverão ser impermeabilizadas internamente através de processo de selagem por termofusão, através da união de duas camadas de tecido por meio de um filme termofusível isolando completamente as possíveis infiltrações de umidade, também sendo de extrema flexibilidade não comprometendo a impermeabilidade do EPI;
- 3.3.11. Logomarca em serigrafia frente e costa:
 - a) Frente: do lado esquerdo, estampa em serigrafia do Brasão da Defesa Civil do Estado de São Paulo, no formato de hexágono regular com arestas medindo 5,0 cm;



Atenção: “**hexágono regular**”. Todos os lados (arestas) têm a mesma medida.

b) Costa: nas costas, em serigrafia, PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL com 28cm de comprimento por 5cm de altura (medindo a cedilha até o acento til), na cor prata (material refletivo).

3.3.12. Imagem ilustrativa



3.3.13. A capa deve possuir Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo Ministério Certificação: do Trabalho e Emprego (MTE) para proteção do crânio, tronco e membros superiores do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água; o Equipamento de Proteção Individual (EPI) deve ter apresentado “nível 4” no ensaio de resistência ao rasgamento trapezoidal;

3.3.14. Laudos: A capa deve possuir Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para proteção do crânio, tronco e membros superiores do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água; o Equipamento de Proteção Individual (EPI) deve ter apresentado “nível 4” no ensaio de resistência ao rasgamento trapezoidal.

- a) Laudo de identificação do tecido, segundo método de ensaio AATCC 20 e AATCC 20 A, comprovando se tratar de um tecido composto de 67% PVC e 33% Poliamida, com variação máxima de $\pm 3\%$;
- b) Laudo de resistência à água e agentes de limpeza: comprovando resistência a água e agentes de limpeza como Detergente neutro, sabão em pó 6g/L e água sanitária 2,0% cloro ativo p/p;
- c) Laudo de gramatura, segundo método de ensaio ABNT NBR 10591/08, atestando tratar-se de um tecido com gramatura de 199gr/m²;
- d) Laudo de resistência das costuras, segundo método de ensaio SATRA TM 180/95, comprovando a resistência de no mínimo 10N/mm;
- e) Laudo de espessura do tecido, segundo método de ensaio SATRA TM 27/04, atestando tratar-se de um tecido com espessura de 0,20 mm;
- f) Laudo do tecido: atestando a resistência à penetração de água, conforme norma BS 3424, método 29A (baixa pressão). Laudo das costuras (juntas de união entre as peças): atestando a resistência à penetração de água;
- g) Laudo de contagem do número de fios/cm, atestando tratar-se de um tecido com 32 fios (trama) e 44 fios (urdume);
- h) Laudo das faixas refletivas, atestando que elas atendem as exigências da NBR15292:2013(item 6.1-tabela 04);
- i) Certificado de Aprovação emitido pelo MTE para proteção do crânio, tronco e membros superiores do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água, onde o EPI deve ter apresentado “nível 4” no ensaio de resistência ao rasgamento trapezoidal;
- j) Ensaio de determinação da atividade antibacteriana, JIS Z2801/2010, Micro-organismos: Bactéria: Staphylococcus aureus (AATCC 6538) – teste após higienização com 70% etanol e secagem de 5 horas. O resultado deve ser de redução mínima de 98,5% das células bacterianas; Ensaio de determinação da atividade antibacteriana, JIS Z2801/2010, Microorganismos: Bactéria: Klebsiella pneumoniae (AATCC 35657) – teste após higienização com 70% etanol e secagem de 5 horas. O resultado deve ser de redução mínima de 99,99% das células bacterianas.

3.3.15. Cada capa de chuva deverá ser acompanhada de “porta capa” confeccionado com o mesmo material da capa;

3.3.16. A capa acompanhada da porta capa será embalada e lacrada individualmente. Para envio será acondicionada em caixa de papelão lisa, contendo 50 unidades, com resistência a empilhamento de no mínimo 4 (quatro) caixas, uma sobre a outra.

3.4. Capacete Multiuso:

3.4.1. O capacete de salvamento multiuso deverá ser confeccionado conforme os níveis de desempenho e valores exigidos na ABNT NBR 8221.

3.4.2. O casco do capacete deve ser em material ignífugo, resistente proporcionando alto desempenho contra impactos e perfurações, vedada a construção em 100% com fibra de vidro (visando flexibilidade mínima desejável);

3.4.3. A parte superior externa deverá possuir um sistema de ventilação integrado, não podendo comprometer a segurança do usuário;

3.4.4. O acabamento externo deverá ser em pintura de cor alaranjada (Cod. 1665 da Pantone), resistente aos raios UVA para preservação da vida útil do capacete;

3.4.5. Descrição do símbolo:

4.6.5.1. O capacete deverá possuir em sua parte externa lateral, em ambos os lados, o logotipo da Defesa Civil Estadual, e na região frontal se a construção do capacete permitir;

4.6.5.2. O logotipo deverá ser confeccionado em alta definição, do tipo transfer, ser resistente aos raios ultravioletas e ser recoberto por uma camada de verniz protetor;

4.6.5.3. Não será aceito símbolo fixado através de processo de adesivagem, mesmo que protegido por camada de verniz;

4.6.5.4. A cremalheira deverá ser em material de alta resistência, para o contorno da cabeça e da nuca, com cinta ajustável por sistema de catraca e com regulagem;

3.4.6. A regulagem da cremalheira deverá ser conforme segue:

3.4.6.1. Diâmetro mínimo: 520 mm;

3.4.6.2. Diâmetro máximo: 660 mm;

3.4.7. Deverá possuir sistema de absorção contra impactos, formado por duas partes básicas:

3.4.7.1. Tirante jugular confortável com sistema de retenção com, no mínimo, 03 (três) pontos de fixação e fivela automática com ajustes para melhor estabilidade, qualquer que seja a morfologia do usuário

3.4.7.2. A fita jugular deverá possuir fechamento por engate rápido, com regulagem de extensão;

3.4.7.3. Proteção interna (estofamento interno) de espuma injetada ou fixada na cremalheira, de modo a não se desprender ou desgastar-se facilmente, para absorver impactos, ou ainda um sistema de rede de tecido ignífugo, para a mesma função de absorção de pancadas;

3.4.7.4. As tiras do perímetro cefálico que forem ter contato direto com a cabeça do usuário, deverão ser confeccionadas em neoprene ou polímero sintético antialérgico, para facilitar a higienização depois do uso em atividades aquáticas ou que provoquem sudorese;

3.4.8. Peso: O peso total do equipamento deverá ser de, no máximo, 500 gramas.

3.4.9. Acabamento: O equipamento finalizado não deverá apresentar nenhuma borda afiada, aspereza ou projeção, as quais podem causar desconforto ou ferimentos no usuário durante o manuseio, colocação, uso ou manutenção.

3.4.10. Tamanho:

3.4.10.1. Tamanho: único;

3.4.10.2. O capacete deverá possuir sistema de ajuste do tamanho de uso, de forma a atender a perímetros cefálicos de 520 mm a 660 mm.

3.4.11. Norma: O capacete deverá atender a ABNT NBR 8221 vigente no momento da aquisição.

3.4.12. Amostra: O licitante vencedor deverá apresentar amostra do equipamento ofertado, demonstrando atendimento integral às especificações técnicas deste termo de referência;

3.4.13. Etiqueta: Cada capacete deverá conter, internamente, uma etiqueta com os seguintes dados: nome da firma fornecedora, CNPJ, tamanho, indicação da certificação da norma e ano/semestre de fabricação;

3.4.14. Embalagem:

3.4.14.1. Cada capacete deverá ser embalado individualmente e acondicionado em caixa de papelão resistente;

3.5. Jardineira com Botas:

3.5.1. Jardineira impermeável com C.A (certificado de aprovação do Ministério do Trabalho), confeccionada em tecido sintético emborrachado, com espessura de 0,20mm, gramatura mínima de 190gr/m², composição 30% poliamida (interna) e 70% policloreto de vinila (externa), e com 31 fios/cm na trama e 42 fios/cm no urdume. Comprovação através de laudo realizado em laboratório;

3.5.2. Cor Laranja;

3.5.3. Fechamento deverá utilizar como técnica o overloque de cinco fios e as costuras pespontadas em máquina reta de duas agulhas, com linha de nylon 100% poliamida nº 60;

3.5.4. Botas de PVC (sem forro) costuradas de forma reforçada e impermeabilizadas na sua junção;

3.5.5. Deverá possuir duas alças para ajuste nos ombros, essas alças deverão ter elástico na parte traseira para um melhor ajuste do usuário, também deve possuir cordão e elástico na cintura, além de possuir um bolso interno;

3.5.6. Deve ser confeccionada com o lado emborrachado externamente, para facilitar a higienização e o conforto da vestimenta;

3.5.7. Todas as costuras deverão ser impermeabilizadas externamente, por meio de processo de selagem por termofusão, com a união de duas camadas de tecido por meio de um filme termofusível isolando completamente as possíveis infiltrações de umidade; também sendo de extrema flexibilidade não comprometendo a impermeabilidade do EPI;

3.5.8. Serigrafia por meio de processo silk screen;

3.5.9. Tamanhos:

3.5.9.1. A jardineira deverá possuir opção de fornecimento nos tamanhos P, M, G, GG e GGX e nas botas do 35 ao 46;

3.5.9.2. Quando do acionamento da Ata de Registro de Preços, deverão ser definidas as quantidades e tamanhos dentre as opções descritas no item anterior;

3.5.10. Fornecimento de Laudo: Os laudos abaixo deverão ser realizados em laboratórios credenciados ao Inmetro e emitidos em nome do fabricante da vestimenta. Eles têm como objetivo comprovar as características construtivas da japonsa, e devem ser enviados junto com os documentos de habilitação da empresa vencedora:

3.5.10.1. Laudo de composição atestando tratar-se de um tecido composto de 70% PVC e 30% Poliamida, segundo o método de ensaio AATCC 20 e AATCC 20A;

3.5.10.2. Laudo de contagem dos fios, atestando tratar-se de um tecido composto de 31 fios/cm na trama e 42 fios /cm no urdume;

3.5.10.3. Laudo de gramatura do tecido, segundo método NBR 10591/08, atestando uma gramatura de 190gr/m² com possível variação de +ou- 5%;

3.5.10.4. Laudo de espessura do tecido, segundo método SATRA TM 27/04, atestando uma espessura de 0,20 mm;

3.5.10.5. Laudo de resistência das costuras segundo norma SATRA TM180/95, atestando ter uma resistência mínima de 10N/mm;

3.5.10.6. Laudo de impermeabilidade conforme diretrizes da norma internacional British Standard 3424-método 29A (método de baixa pressão) do tecido/costuras e resistência à exposição a produtos químicos de limpeza, como detergente neutro doméstico, sabão em pó e água sanitária no tecido;

3.5.10.7. Ensaio de determinação da atividade antibacteriana, JIS Z2801/2010, Micro-organismos: Bactéria: Staphylococcus aureus (AATCC 6538) – teste após higienização com 70% etanol e secagem de 5 horas. O resultado deve ser de redução mínima de 98,5% das células bacterianas;

3.5.10.8. Certificado de Aprovação (CA) válido para proteção do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água onde o EPI deve ter apresentado “nível 4” no ensaio de resistência ao rasgamento trapezoidal e contra riscos de origem química.

3.5.11. Identificação Visual:

3.5.11.1. Logomarca “PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – ESTADO DE SÃO PAULO”:



3.5.11.2. Deverá estar posicionado no lado esquerdo, de forma centralizada, de 5 a 7 cm abaixo do elástico superior da peça com 8,5 cm de diâmetro (com possibilidade de variação de 0,5 cm);

3.5.11.3. Imagem ilustrativa do produto:



3.5.12. Embalagem: Os produtos devem ser individualmente acondicionados em sacos plásticos de polietileno transparente, baixa densidade e espessura de 10 (dez) micras, com a identificação de tamanho aparente. As peças serão embaladas coletivamente em caixas de papelão resistentes para empilhamento e amarração de até 02 metros de altura, contendo identificação externa do seu conteúdo, constando a procedência, o tipo de produto, a marca, o(s) tamanho(s) e o quantitativo por tamanho.

3.6. Pluviômetro:

- 3.6.1. Pluviômetro em aço inox de alta durabilidade;
- 3.6.2. Apto para medição do índice pluviométrico em determinado período;
- 3.6.3. Com fixador e proveta plástica graduada de 0 a 500 ml;
- 3.6.4. Depósito inferior com capacidade de 1000 ml ou 100 mm de chuva;
- 3.6.5. Diâmetro do bocal medindo 110 mm;
- 3.6.6. Altura de 330 mm;
- 3.6.7. Área de captação 100 cm²;
- 3.6.8. Confeccionado com materiais resistente às ações corrosivas;
- 3.6.9. Braçadeira para fixação c/ duplo reforço;
- 3.6.10. Imagem ilustrativa:



- 3.7. Qualidade do material deverá atender aos padrões de qualidade estabelecidos pelas normas técnicas pertinentes, garantindo a durabilidade;
- 3.8. Os materiais adquiridos deverão ser compatíveis com as especificações técnicas contidas no termo de referência.
- 3.9. Os critérios de sustentabilidade devem ser respeitados conforme as normas técnicas de mercado que regulam sua fabricação.
- 3.10. O fornecimento será parcelado por acionamento da Ata de Registro de Preços, conforme a necessidade da Administração.
- 3.11. Deverá ser enviada amostra do bem na fase de julgamento das propostas ou de lances, ou no período de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, a fim de que seja realizada uma análise comparativa entre a amostra apresentada e as especificações exigidas.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:
- 4.1.1. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- 4.2. Este Termo de Referência, bem com o Estudo Técnico Preliminar estão alinhados com os instrumentos de planejamento da Administração, inclusive com o Plano de Logística Sustentável, contemplando critérios, práticas e quesitos de sustentabilidade, em todas as suas dimensões.

Da exigência de amostra

- 4.3. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra(s), que terá data, local e horário de realização do procedimento de avaliação divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.
- 4.4. Será(ão) exigida(s) amostra(s) do(s) seguinte(s) item(ns):
- 4.4.1. Jardineira com bota;

4.4.2. Bota de PVC;

4.4.3. Capa de chuva emborrachada;

4.4.4. Capacete multiuso; e

4.4.5. Pluviômetro.

4.5. A(s) amostra(s) poder[ã(ão) ser entregue(s) no endereço Avenida Morumbi nº 4500, Palácio dos Bandeirantes, Sala 81T, no prazo limite de 07 (sete) dias, sendo que o fornecedor assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.6. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.7. No caso de não haver entrega da(s) amostra(s) ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra(s) fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.8. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.8.1. Item 3.1 e todos seus subitens.

4.9. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.10. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.11. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.12. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

Garantia da contratação

4.13. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, vez que se trata de uma aquisição de baixa complexidade, de entrega imediata e para atender uma demanda de reposição de estoque.

Reserva de Cota para ME/EPP/EQUIPARADAS

4.14. Em cumprimento ao inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, os itens 02, 04, 06, 08 e 10 constituem cota reservada para a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (ME/EPP /EQUIPARADAS), observando o limite legal, conforme o detalhamento constante deste Termo de Referência.

4.14.1. Se o mesmo licitante vencer a cota reservada e a cota principal, será efetuada negociação para que a contratação de ambas as cotas ocorra pelo valor menor.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 15 (quinze) dias corridos, contados da emissão da Nota de Empenho.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

5.3.1. Depósito de São Paulo: Av. Marechal Mario Guedes, 301, Jaguaré, São Paulo - SP - CEP: 05348-010

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. Prazo para troca de produto com problema: Verificada qualquer inconformidade com a qualidade do produto no ato da entrega, ou mesmo durante a sua validade em nossos estoques, deverá ser providenciada a sua substituição pelo fornecedor no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, sem qualquer custo, contados da retirada ou recebimento da notificação de inconformidade emitida pela área técnica.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto (s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.9.1. Recebimento dos materiais com a correta verificação de o entregue corresponde as especificações técnicas contidas no presente Termo de Referência.

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.9.1. o prazo de validade;

7.9.2. a data da emissão;

7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. o valor a pagar; e

7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.23. Comprovação de capacidade operacional para execução de fornecimento similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.23.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.23.1.1. Para o Item 01 – Será exigido que o atestado comprove o fornecimento mínimo correspondente a 33% (trinta e três por cento) do total previsto para o item 1 deste Termo de Referência, ou seja, o fornecimento de, no mínimo, 354 (trezentas e cinquenta e quatro) unidades de jardineira com bota (cota ampla).

8.23.1.2. Para o Item 02 – Será exigido que o atestado comprove o fornecimento mínimo correspondente a 33% (trinta e três por cento) do total previsto para o item 2 deste Termo de Referência, ou seja, o fornecimento de, no mínimo, 70 (setenta) unidades de jardineira com bota (cota reservada).

8.23.1.3. Para o Item 03 – Será exigido que o atestado comprove o fornecimento mínimo correspondente a 33% (trinta e três por cento) do total previsto para o item 3 deste Termo de Referência, ou seja, o fornecimento de, no mínimo, 798 (setecentos e noventa e oito) unidades de bota de PVC (cota ampla).

8.23.1.4. Para o Item 04 – Será exigido que o atestado comprove o fornecimento mínimo correspondente a 33% (trinta e três por cento) do total previsto para o item 4 deste Termo de Referência, ou seja, o fornecimento de, no mínimo, 265 (duzentas e sessenta e cinco) unidades de bota de PVC (cota reservada).

8.23.1.5. Para o Item 05 – Será exigido que o atestado comprove o fornecimento mínimo correspondente a 33% (trinta e três por cento) do total previsto para o item 5 deste Termo de Referência, ou seja, o fornecimento de, no mínimo, 943 (novecentas e quarenta e três) unidades de capa de chuva emborrachada (cota ampla).

8.23.1.6. Para o Item 06 – Será exigido que o atestado comprove o fornecimento mínimo correspondente a 33% (trinta e três por cento) do total previsto para o item 6 deste Termo de Referência, ou seja, o fornecimento de, no mínimo, 120 (cento e vinte) unidades de capa de chuva emborrachada (cota reservada).

8.23.1.7. Para o Item 07 – Será exigido que o atestado comprove o fornecimento mínimo correspondente a 33% (trinta e três por cento) do total previsto para o item 7 deste Termo de Referência, ou seja, o fornecimento de, no mínimo, 973 (novecentas e sessenta e três) unidades de capacete multiuso (cota ampla).

8.23.1.8. Para o Item 08 – Será exigido que o atestado comprove o fornecimento mínimo correspondente a 33% (trinta e três por cento) do total previsto para o item 8 deste Termo de Referência, ou seja, o fornecimento de, no mínimo, 90 (noventa) unidades de capacete multiuso (cota reservada).

8.23.1.9. Para o Item 09 – Será exigido que o atestado comprove o fornecimento mínimo correspondente a 33% (trinta e três por cento) do total previsto para o item 9 deste Termo de Referência, ou seja, o fornecimento de, no mínimo, 374 (trezentos e setenta e quatro) unidades de pluviômetro manual (cota ampla).

8.23.1.10. Para o Item 10 – Será exigido que o atestado comprove o fornecimento mínimo correspondente a 33% (trinta e três por cento) do total previsto para o item 10 deste Termo de Referência, ou seja, o fornecimento de, no mínimo, 51 (cinquenta e uma) unidades de pluviômetro manual (cota reservada).

8.23.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de fornecimento similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de fornecimentos executados de forma concomitante.

8.24. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.24.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias a comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras comprovações

8.25. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.25.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.25.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.25.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.25.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.25.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.25.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.25.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.949.217,35

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 2.949.217,35 (dois milhões, novecentos e quarenta e nove mil, duzentos e dezessete reais e trinta e cinco centavos) conforme custos unitários em anexo ao Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação orçamentária

10.1. A presente licitação compatibiliza-se com as leis orçamentárias, sendo que a indicação da dotação orçamentária somente será exigida para a formalização de contratação decorrente do sistema de registro de preços.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RODRIGO FIORENTINI

Major PM Diretor da Divisão de Resposta



Assinou eletronicamente em 05/02/2026 às 15:02:19.